

O TRÁFICO DE AVES SILVESTRES NO ESTADO DE ALAGOAS NO ANO DE 2015: LEVANTAMENTO REALIZADO A PARTIR DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL (BPA-PMAL)

Thais de Lima Santos ¹
Beatriz Paes Veras de Carvalho ²
Renato Gaban-Lima ³

INTRODUÇÃO

Atividades antrópicas têm provocado inúmeros efeitos negativos ao meio ambiente. A perda da biodiversidade e a consequente extinção de linhagens configuram-se como alguns dos problemas mais graves relativos à conservação dos recursos naturais, tendo em vista que potencialmente simplificam as comunidades biológicas e os ecossistemas, interrompendo uma série de processos naturais essenciais a um ambiente saudável.

A retirada de espécimes da natureza de forma desordenada contribui para o declínio das populações naturais (PAGANO et al., 2009), e a perseguição de animais silvestres pode estar ligada a diferentes motivações como, por exemplo, para o consumo humano (caça) ou criação em cativeiro (captura e tráfico).

No Brasil boa parte da fauna retirada da natureza se destina à criação em cativeiro (BARBOSA et al., 2010), e a tradição de se manter animais silvestres como “*pets*”, que remonta do período pré-colonial (RIBEIRO; SILVA, 2007), serve de grande estímulo à atividade criminosa de tráfico (COSTA, 2012).

Apesar da carência de informações sobre os efeitos deletérios que a comercialização da fauna silvestre tem provocado, projeções realizadas pela “*Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres*” indicaram que cerca de 38 milhões de animais seriam retirados anualmente da natureza pelo tráfico no Brasil ilegalmente (RENCTAS, 2001), sendo esse o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo em faturamento apenas para o tráfico de drogas e o de armas (RENCTAS, 2017).

Os animais vitimados por este comércio clandestino são privados de suas atividades reprodutivas, expostos a disseminação de doenças e ao contato com espécies exóticas, o que contribui para a redução das populações e consequentemente da biodiversidade (RIBEIRO; SILVA, 2007; MARINI; GARCIA, 2005). A grande pressão que o grupo aves tem sofrido vem sendo revelada em estudos voltados para o comércio ilegal de animais silvestres (RENCTAS, 2001; RIBEIRO; SILVA, 2007; LICARIÃO et al., 2011).

Os trabalhos desenvolvidos em Alagoas sobre a problemática do tráfico de animais silvestres mostram que no estado o cenário não é diferente do restante do país, sendo as aves também o grupo mais abundante em apreensões (SANTOS, 2009; LOPES et al., 2017). Tal

¹ Bióloga Graduada em Ciências Biológicas – Bacharelado do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e Soldada da Polícia Militar do Estado de Alagoas, thaislima.mcz@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, beatrizpaes721@gmail.com

³ Prof. Dr. (orientador), Laboratório de Morfologia, Sistemática e Ecologia de Aves, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e Museu de História Natural da UFAL, rgabanlima@gmail.com.

fato, atrelado a informação de que Alagoas é uma das principais regiões de rota do tráfico de animais silvestres no país (LOPES et al.,2017), coloca o estado em situação bastante preocupante.

A fim de aumentar as informações disponíveis sobre o tráfico de aves em Alagoas, por meio da análise de informações obtidas nos “*Comunicação de Ocorrência Policial*” (COP) do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Alagoas durante o ano de 2015, o presente estudo buscou (1) traçar o perfil taxonômico quantitativo das aves envolvidas nas ocorrências policiais e (2) verificar padrões temporais e abrangência geográfica das ocorrências e registros de aves nos COPs

METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido pelo “Laboratório de Morfologia, Sistemática e Ecologia de Aves” (LSEA) da Universidade Federal de Alagoas, em parceria com o Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Alagoas.

Para o desenvolvimento do estudo foram compiladas as informações constantes em cerca de 720 documentos denominados “*Comunicação de Ocorrência Policial*” (COP) de ações de recolhimento da fauna por parte do BPA/AL, ações essas realizadas entre janeiro e dezembro de 2015. Apesar desse volume de COPs compilados, como o objetivo do trabalho foi avaliar o impacto do tráfico de aves silvestres no estado, foram considerados apenas os aqueles envolvendo a ornitofauna para se discutir a maior parte resultados.

As informações constantes nos COPs foram sistematicamente registradas em planilha no software “*Excel*” a fim de organizar as informações e permitir as avaliações pretendidas. Para cada COP foram compiladas as seguintes informações: (1) número de registro da ocorrência, (2) tipificação da ocorrência, (3) data, (4) identificação taxonômica (na grande maioria das vezes feita por meio de nome popular), (5) quantidade de espécimes, (6) local da ocorrência, (7) destino do(s) animal(is) e (8) “outras informação relevantes”.

Quanto à tipificação das ocorrências, essas foram categorizadas em 3 tipos: (1) Resgate (quando o batalhão foi acionado para o recolhimento de animal encontrado abandonado, perdido ou ferido); (2) Apreensão (quando o batalhão apreende animal mantido irregularmente em cativeiro); e (3) Entrega Voluntária (quando o animal mantido em cativeiro é entregue voluntariamente ao BPA).

No que se refere à identificação taxonômica dos registros, foram enfrentadas algumas dificuldades tendo em vista que nos COPs, muitas vezes, a identificação das espécies foi feita com base apenas em seus nomes populares. Dessa forma, a fim de diminuir a precariedade das identificações, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca dos nomes populares registrados nos COPs, considerando as seguintes referências: Piacentini et al. (2015), Sick (1997), Figueiredo (2015), Lopes et al. (2017) e WikiAves (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos aproximadamente 720 COPs analisados, 396 (55%) envolviam ocorrências com aves. Dos 6.973 espécimes registrados nas operações durante em 2015, 6.452 corresponderam a aves (93%), 369 a “*répteis*” (5%) e 152 a mamíferos (2%). Essa prevalência de ocorrência envolvendo aves foi relatada também por outros estudos. Santos (2009) registrou que a avifauna correspondeu a um percentual de 73% no CETAS-AL em seu período de estudo e, de acordo com Lopes et al. (2017), entre as espécies mais comuns em ações de fiscalização e resgate no estado de Alagoas, as aves correspondem 63%. Souza (2014) quantificou, em Minas Gerais, 68%, de aves encaminhadas ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do IBAMA, corroborando com o que foi verificado na presente pesquisa.

Dos 6.452 espécimes de aves registrados nos COPs, 6.148 puderam ser identificados até o nível específico, 215 até o nível genérico, 79 até família e 10 não puderam ser identificados.

Considerando os registros de aves nas operações do BPA-PMAL no ano de 2015, foi possível identificar 117 espécies, distribuídas em 15 ordens e 29 famílias. Os Passeriformes representaram a grande maioria dos registros, com 92% dos indivíduos, seguidos pelos representantes das ordens Columbiformes (3%) e Psittaciformes (2%).

A prevalência da ordem Passeriformes nas ações de fiscalização é condizente com o padrão constatado mundialmente (RENCTAS, 2001), o que se deve ao fato dessa ser a ordem mais rica e por serem bastante cobiçadas por criadores de aves devido à existência de espécie coloridas, bonitas, cantoras, pequenas e de fácil criação (LOPES et al., 2017; PAGANO et al., 2009; RENCTAS, 2001).

Já alguns membros da ordem Psittaciformes apresentam características peculiares, como a habilidade de imitar a voz humana, de serem animais inteligentes e que interagem ativamente com humanos, características essas que, combinadas com sua beleza e docilidade, fazem com que sejam bastante cobiçados por criadores e perseguidos por traficantes de aves silvestres (RIBEIRO; SILVA, 2007).

No território nacional ocorrem 38 famílias de Passeriformes (PIACENTINI et al., 2015) e, dessas, 13 foram registradas nos COPs, sendo que a família Thraupidae correspondeu a cerca de 82% dos registros de Passeriformes. A predominância da família Thraupidae também foi recorrente em outros estudos fora de Alagoas (Hernandez, 2006; Souza, 2014).

O gênero *Sporophila* foi, dentre os Thraupidae, o mais recorrente, correspondendo a 32% dos espécimes, totalizando 2.074 indivíduos. Considerando os registros desse estudo, algumas espécies mais envolvidas nas ocorrências foram: o galo-da-campina (*Paroaria dominicana*, com 1383 espécimes, correspondendo a 21.44% do total de aves apreendidas), o papa-capim (*Sporophila nigricollis*, com 902 espécies e 13.98%), o extravagante (*Sporophila albogularis*, com 545 e 8.45%), o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*, com 536 e 8.31%) e o caboclinho (*Sporophila bouvreuil*, com 378 e 5.86%).

Entre as aves registradas, 6 espécies são consideradas ameaçadas de extinção seja pela “Lista Nacional Oficial das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção” de 2014 (MMA, 2014) ou pela “Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas” da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 2017). As espécies cardeal-amarelo (*Gubernatrix cristata* (Vieillot, 1817)), bicudo (*Sporophila maximiliani* (Cabanis, 1851)), pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa* (Lesson, 1831)) e pintassilgo-do-nordeste (*Spinus yarrellii* (Audubon, 1839)) constam em ambas as listas; a coruja-murucututu (*Pulsatrix perspicillata* (Latham, 1790)) apenas na Lista Nacional; e arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus* (Latham, 1790)) apenas da “Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas”.

Considerando o intervalo de meses avaliado nesse estudo, verifica-se que houve evidente variação no número de ocorrências envolvendo aves. É nítida a concentração (cerca de 60% das ocorrências) no mês de novembro; enquanto outubro e maio registraram as segunda e terceira posições em número de registros de aves nos COPs, com 10% e 9,75% registros respectivamente. Essa variação entre os meses verificada nas ocorrências não deve ser entendida como variação na intensidade do tráfico no estado de Alagoas, mas sim como uma variação na intensidade das ações de fiscalização. Nesses meses foram realizadas uma série de operações denominadas de “Fiscalização Preventiva Integrada” (FPI). As FPI são grandes operações que contam com a colaboração de diferentes órgãos ambientais, e atuam no interior do estado durante um intervalo de tempo determinado intensificando entre outras ações de combate aos crimes ambientais como o tráfico e criação de animais silvestres.

Considerando apenas registros envolvendo aves, a maioria (52%) correspondem a entregas voluntárias, enquanto 46% correspondem a apreensões, e apenas 2% são oriundos de

atividades de resgate. A entrega voluntária, responsável por mais da metade dos registros, está diretamente relacionada com a ocorrência “*Fiscalização Preventiva Integrada*” (FPI) já que 100% dos registros de entrega voluntária foram fruto da operação (nessas operações todas as ocorrências foram registradas como “entrega”, e não “apreensões”).

Nas ocorrências do BPA investigadas, metade dos municípios alagoanos (51 dos 102 municípios) contaram com operações. Os municípios responsáveis pelo maior número de espécimes nas ocorrências foram: Maceió (com 1.215 espécimes), Palmeira dos Índios (com 1.014 espécimes) e Arapiraca (com 787 espécimes). A cidade de Maceió apresentou o maior número de registros, o que está relacionado ao fato de o Batalhão Ambiental ter como base esse município.

Já levando em consideração a distribuição das ocorrências policiais, e não o número de espécimes envolvidos, Maceió apresentou um total de 237 ocorrências atendidas, seguida de Rio Largo (16 ocorrências) e Marechal Deodoro (15 ocorrências).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos COPs foi possível identificar que, assim como em outros estados brasileiros, o grupo das aves tem sido o mais prevalente nos registros de recolhimento da fauna, indicando o quão a Avifauna é sensível a ações antrópicas direta.

Considerando os diferentes tipos de ocorrência que promoveram o recolhimento das aves, o baixíssimo percentual dos resgates, quando comparado as ocorrências em condições de cativeiro, apontam que as aves são altamente cobiçadas pelo tráfico e por criadores de animais silvestres. Os dados coletados apresentam uma preferência por determinadas ordens, famílias e espécies para esse comércio em Alagoas.

No presente estudo foram identificadas espécies ameaçadas de extinção não só nacionalmente, mas também por convenções internacionais, sendo que para algumas delas a captura excessiva é reconhecidamente ligada à redução populacional.

A variação sazonal de recolhimentos se apresentou altamente relacionada a operação FPI, onde os meses que apresentaram número mais alto de recolhimentos foram justamente os meses em que ocorreram as operações.

A atuação do Batalhão de Polícia Ambiental de forma regular se mostrou fortemente relacionada à localização da base do Batalhão. As operações FPI foram praticamente os únicos meios de contemplar o interior do estado, especialmente o agreste e o sertão, que apresentaram elevadíssimo índice de espécimes recolhidos. Esse fato mostra a urgência de atenção que boa parte das cidades de Alagoas, sobretudo as mais distantes da capital, que necessitam dos órgãos responsáveis pelo combate ao tráfico de animais silvestres.

Por fim, foi possível perceber certa deficiência no processo de identificação das espécies efetuadas pelas equipes nas operações, mostrando que o problema de uma potencial identificação incorreta do indivíduo ainda é uma realidade enfrentada pelo batalhão. Tal fato deve ser avaliado em caráter de urgência, uma vez que a correta identificação é a base para o desenvolvimento de qualquer estudo ou tomada de decisão a respeito da situação do táxon.

Esse estudo fornece um diagnóstico pontual (para o ano de 2015) de como os crimes de tráfico e criação de animais silvestres tem atingido a avifauna no estado, os aspectos relacionados a esses crimes e as carências enfrentadas no seu combate. Por meio desse diagnóstico é possível oferecer subsídio acerca do conhecimento dessa atividade ilegal no estado, norteando futuros estudos e o desenvolvimento de ações especializadas voltadas a conservação das espécies.

Palavras-chave: Tráfico de animais, Aves, Ocorrência, Alagoas, Levantamento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R.R.N.; LIMA, J. R. F.; ARAÚJO, H. F. P. The live bird trade in Brazil and its conservation implications: an overview. **Bird Conservation International**, v. 23, n.1, p. 53-65, 2013.
- BASTOS, L. F.; LUZ, V. L. F.; REIS, I. J.; SOUZA, V. L. Apreensão de espécimes da fauna silvestre em Goiás - situação e destinação. **Revista de Biologia Neotropical**, v. 5, p. 51-63, 2008.
- COSTA, V. A. **Aves silvestres criadas em cativeiro em Santa Bárbara do Pará**: aspectos sócio-culturais e etológicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.
- HERNANDEZ, E. F. T; CARVALHO, M.S. **O Tráfico de animais silvestres no Estado do Paraná**. Maringá, v. 28, n. 2, p. 257-266, 2006.
- IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Disponível em: <www.iucnredlist.org>. Acesso em: 20 out. 2017.
- LICARIÃO, M. R.; BEZERRA, D. M. M.; ALVES, R. R. N. **Wild birds aspects in Campina Grande, Paraíba State, Brazil**: an ethnozoological approach. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 85, n. 1, p. 201-213, 2011.
- LOPES, A. C. P. A.; FARIAS-JR, E. C.; GAMA, G.M.; NORMANDE, M. L. **Tráfico de Fauna em Alagoas**: guia de identificação das espécies mais comuns em ações de fiscalização e resgate no Estado. Maceió: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, 2017.
- MAGALHÃES, J. S. **Tráfico de Animais Silvestres no Brasil**. Brasília: Faculdade de Ciências da Saúde, 2002.
- MARINI, M. A.; GARCIA, F. I. **Conservação de aves no Brasil**. Megadiversidade, n. 1, p. 95-102, 2005.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - BRASIL. Normativa nº 3, de 26 de maio de 2003. **Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Diário Oficial da União, Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF, 27 mai. 2013. Seção 01, v. 101, p. 88-97.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - BRASIL. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. **Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção**. Diário Oficial da União, Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF, 18 dez. 2014. Seção 01, p. 121.
- PAGANO, I. S. A.; SOUSA, A. E. B. A.; WAGNER, P. G. C.; RAMOS, R. T. C. **Aves depositadas no Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA na Paraíba**: uma amostradotráficodeavessilvestresnoestado. Ornithologia, v.3, p. 132-144, 2009.
- PIACENTINI, V. Q. et al. **Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee**. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 23, n. 2, p. 91-298, 2015.
- REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS (RENCTAS). **1º Relatório nacional sobre o tráfico de animais silvestres**. Brasília: Renctas, 2001.
- REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS (RENCTAS). **1º Relatório nacional sobre gestão de uso sustentável da fauna silvestre**. Brasília: Renctas, 2017.
- RIBEIRO, L. B.; SILVA, M. G. **O comércio ilegal põe em risco a diversidade das aves no Brasil**. Ciências e Cultura, v. 59, n. 4, p. 4-5, 2007
- SANTOS, V. M. **Diagnóstico da fauna silvestre recebida no Centro de Triagem de Animais Silvestres de Alagoas - CETAS/IBAMA/AL**. In: IX Congresso de Ecologia do Brasil, 2009, São Lourenço. Anuais...São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

**SOUZA, T. O; VILELA, D.A.R; CAMARA, B.G.O. Pressões sobre a avifauna brasileira:
Aves recebidas pelo CETAS/IBAMA, Belo Horizonte, Minas Gerais. Ornithologia 7(1):1-
11, novembro 2014**